

# Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS

INTRODUÇÃO

## PARTE I

### TEORIA GERAL DOS TRATADOS

#### Capítulo 1

##### CONCEITO DE TRATADO INTERNACIONAL

- 1.1 Antecedentes históricos
- 1.2 A Codificação do Direito dos Tratados
- 1.3 A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados
- 1.4 Conceito de tratado
  - 1.4.1 Acordo internacional
  - 1.4.2 Celebrado por escrito
  - 1.4.3 Concluído entre Estados ou organizações internacionais
  - 1.4.4 Regido pelo Direito Internacional
  - 1.4.5 Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos
  - 1.4.6 Ausência de denominação específica
- 1.5 Terminologia dos tratados
- 1.6 A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs)
- 1.7 Os instrumentos de *soft law*

#### Capítulo 2

##### CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

- 2.1 Classificações formais
  - 2.1.1 Quanto ao número de partes
  - 2.1.2 Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão
  - 2.1.3 Quanto à possibilidade de adesão
- 2.2 Classificações materiais
  - 2.2.1 Quanto à natureza jurídica
  - 2.2.2 Quanto à execução no tempo
  - 2.2.3 Quanto à execução no espaço
  - 2.2.4 Quanto à estrutura da execução
- 2.3 Plano das partes seguintes

## PARTE II

### GÊNESE DO TRATADO INTERNACIONAL

#### Capítulo 1

##### PROCESSO DE FORMAÇÃO E CELEBRAÇÃO DOS TRATADOS

- 1.1 Introdução
- 1.2 Fases internacionais e internas
- 1.3 Condições de validade
  - 1.3.1 Capacidade dos negociadores
  - 1.3.2 Habilitação dos signatários e plenos poderes
  - 1.3.3 Consentimento mútuo
  - 1.3.4 Licitude e possibilidade material do objeto
- 1.4 Formação do texto convencional
  - 1.4.1 As negociações
    - 1.4.1.1 Distinção quanto ao tipo de tratado
    - 1.4.1.2 Procedimento em organizações internacionais ou conferências internacionais *ad hoc*
    - 1.4.1.3 Regra geral da boa-fé nas negociações
  - 1.4.2 A adoção do texto
    - 1.4.2.1 Regras para a adoção
    - 1.4.2.2 Diferenciações
    - 1.4.2.3 Plenos poderes na adoção
  - 1.4.3 A autenticação
- 1.5 Expressão do consentimento
  - 1.5.1 A assinatura
    - 1.5.1.1 Conceito
    - 1.5.1.2 Natureza jurídica
    - 1.5.1.3 Plenos poderes na assinatura
    - 1.5.1.4 Assinatura com efeito de ratificação
    - 1.5.1.5 Assinatura diferida
    - 1.5.1.6 Obrigações decorrentes da assinatura
  - 1.5.2 A ratificação
    - 1.5.2.1 Conceito
    - 1.5.2.2 Natureza jurídica
    - 1.5.2.3 Tratados silentes
    - 1.5.2.4 Procedimento
    - 1.5.2.5 Características
      - 1.5.2.5.1 Ato externo e de governo
      - 1.5.2.5.2 Ato expresso
      - 1.5.2.5.3 Ato político e circunstancial
      - 1.5.2.5.4 Ato discricionário
      - 1.5.2.5.5 Ato irretroativo
      - 1.5.2.5.6 Ato irretroatável
      - 1.5.2.5.7 Inexistência de prazos gerais
      - 1.5.2.5.8 (Im)possibilidade de ratificação condicional
  - 1.5.3 A adesão
- 1.6 Estrutura dos tratados

## Capítulo 2

### RESERVAS AOS TRATADOS MULTILATERAIS

- 2.1 Introdução
- 2.2 Reservas aos tratados bilaterais?

- 2.3 Conceito e formulação das reservas
- 2.4 Momento de formulação das reservas
- 2.5 Limites às reservas
- 2.6 Procedimento das reservas
- 2.7 Distinção entre reservas e outros atos não reservativos
- 2.8 Aceitação e objeção das reservas
- 2.9 Efeitos das reservas
- 2.10 Retirada das reservas ou objeções
- 2.11 Interpretação das reservas
- 2.12 O problema das reservas (e das emendas) no âmbito interno
- 2.13 Adendo: notícia sobre a questão das reservas e declarações interpretativas em caso de sucessão de Estados

### Capítulo 3

#### ENTRADA EM VIGOR DOS TRATADOS

- 3.1 Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados
  - 3.1.1 Entrada em vigor dos tratados
  - 3.1.2 Aplicação provisória dos tratados
- 3.2 Registro e publicidade dos tratados
- 3.3 Observância e aplicação dos tratados
  - 3.3.1 Observância (ou cumprimento) dos tratados
  - 3.3.2 Aplicação dos tratados
    - 3.3.2.1 Aplicação no tempo
    - 3.3.2.2 Aplicação no espaço
- 3.4 Vigor dos tratados e responsabilidade internacional

## **PARTE III VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DOS TRATADOS**

### Capítulo 1

#### O TRATADO EM VIGOR

- 1.1 Efeitos do tratado sobre as partes
  - 1.1.1 Efeitos externos
  - 1.1.2 Efeitos internos
- 1.2 Efeitos do tratado sobre terceiros
  - 1.2.1 Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva
  - 1.2.2 Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado
  - 1.2.3 Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados
    - 1.2.3.1 Tratados que criam obrigações para terceiros Estados
    - 1.2.3.2 Tratados que criam direitos para terceiros Estados
- 1.3 Efeitos de um tratado ainda não em vigor sobre os contratantes e sobre terceiros
- 1.4 Emendas e modificações aos tratados
  - 1.4.1 Emendas aos tratados
  - 1.4.2 Modificações aos tratados multilaterais

- 1.4.3 Procedimento de direito interno
- 1.5 Interpretação dos tratados
  - 1.5.1 Regra geral de interpretação
  - 1.5.2 Meios suplementares de interpretação
  - 1.5.3 Interpretação dos tratados autenticados em duas ou mais línguas
  - 1.5.4 Sistemas de interpretação
    - 1.5.4.1 Interpretação internacional
    - 1.5.4.2 Interpretação interna
    - 1.5.4.3 Interpretação doutrinária
  - 1.5.5 A interpretação dos tratados de direitos humanos
- 1.6 O conflito entre tratados sucessivos
  - 1.6.1 Prevalência da Carta da ONU e das normas de *jus cogens*
  - 1.6.2 O problema das cláusulas de compatibilidade
  - 1.6.3 Tratados sucessivos sobre a mesma matéria com partes idênticas
  - 1.6.4 Tratados sucessivos sobre a mesma matéria com partes distintas
  - 1.6.5 Conclusão sobre o sistema da Convenção
- 1.7 Concorrência do tratado com uma norma costumeira posterior

## Capítulo 2

### VÍCIOS DO CONSENTIMENTO E DO ATO INTERNACIONAL

- 2.1 Vícios do consentimento e nulidade dos tratados
  - 2.1.1 Anulabilidade do consentimento
    - 2.1.1.1 Erro
    - 2.1.1.2 Dolo
    - 2.1.1.3 Corrupção de representante de um Estado
  - 2.1.2 Nulidade do consentimento
  - 2.1.3 Nulidade dos tratados
- 2.2 O *jus cogens* e o tema da invalidade dos tratados
  - 2.2.1 O que são normas de *jus cogens*?
  - 2.2.2 Conflito entre tratado e norma de *jus cogens*
    - 2.2.2.1 Conflito entre tratado e norma de *jus cogens* anterior
    - 2.2.2.2 Conflito entre tratado e norma de *jus cogens* posterior
    - 2.2.2.3 Conflito entre tratado e norma de *jus cogens* existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena
  - 2.2.3 Posição hierárquica das normas de *jus cogens* no direito dos tratados
- 2.3 A inconstitucionalidade dos tratados
  - 2.3.1 Concepção constitucionalista
  - 2.3.2 Concepção internacionalista
  - 2.3.3 Concepção conciliatória
  - 2.3.4 A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969
  - 2.3.5 A questão da inconstitucionalidade intrínseca dos tratados

## Capítulo 3

### EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DOS TRATADOS

- 3.1 Extinção dos tratados

- 3.1.1 Extinção por acordo das partes
  - 3.1.1.1 Ab-rogação predeterminada
    - 3.1.1.1.1 Expiração do termo convencionado
    - 3.1.1.1.2 Condição resolutiva
    - 3.1.1.1.3 Execução integral do objeto do tratado
  - 3.1.1.2 Ab-rogação superveniente
    - 3.1.1.2.1 Extinção pelo voto de certo número de partes
    - 3.1.1.2.2 Extinção (implícita ou tácita) por tratado posterior
- 3.1.2 Extinção pela vontade unilateral (denúncia)
  - 3.1.2.1 A denúncia na Convenção de Viena de 1969
  - 3.1.2.2 O problema da denúncia no Direito brasileiro
- 3.1.3 Causas extrínsecas de extinção
  - 3.1.3.1 Violação grave do tratado
  - 3.1.3.2 Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado
  - 3.1.3.3 Mudança fundamental das circunstâncias
  - 3.1.3.4 Rompimento das relações diplomáticas e consulares
  - 3.1.3.5 O estado de guerra
  - 3.1.3.6 O desuso (desuetudo)
- 3.2 Suspensão da execução dos tratados
  - 3.2.1 Suspensão por acordo das partes
  - 3.2.2 Suspensão pela vontade unilateral
  - 3.2.3 Causas extrínsecas de suspensão
  - 3.2.4 Suspensão dos tratados e o Direito brasileiro

#### Capítulo 4

##### PROCEDIMENTO RELATIVO AOS VÍCIOS, ÀS NULIDADES, À EXTINÇÃO OU SUSPENSÃO

- 4.1 Procedimento relativo aos vícios do consentimento, à nulidade, extinção, retirada ou suspensão da execução de um tratado
  - 4.1.1 Procedimento na Convenção de Viena de 1969
  - 4.1.2 Particularidades da Convenção de Viena de 1986
- 4.2 Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado
  - 4.2.1 Consequências da nulidade de um tratado e do consentimento viciado
  - 4.2.2 Consequências da extinção de um tratado
  - 4.2.3 Consequências da suspensão da execução de um tratado

#### **PARTE IV**

#### **OS TRATADOS NA CONVENÇÃO DE VIENA DE 1986**

##### Capítulo 1

##### REGRAS GERAIS SOBRE A CONVENÇÃO DE 1986

- 1.1 Introdução
- 1.2 Histórico e situação atual da Convenção de 1986
- 1.3 Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986
- 1.4 Relação da Convenção de 1986 com a Convenção de 1969
- 1.5 Situação da Convenção de Viena de 1986 no Brasil

## Capítulo 2

### OS TRATADOS NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE 1986

- 2.1 Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados
- 2.2 Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986
  - 2.2.1 Acordos de sede
  - 2.2.2 Acordos sobre privilégios e imunidades
  - 2.2.3 Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados
  - 2.2.4 Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais
  - 2.2.5 Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados
- 2.3 Questões não prejudicadas pela Convenção de 1986

## PARTE V

### OS TRATADOS E O DIREITO INTERNO

## Capítulo 1

### PROCESSUALÍSTICA CONSTITUCIONAL DE CELEBRAÇÃO DE TRATADOS NO BRASIL

- 1.1 Introdução
- 1.2 A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados
- 1.3 A questão dos acordos em forma simplificada
- 1.4 O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados
- 1.5 O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados
  - 1.5.1 A expressão “resolver definitivamente” empregada pela Constituição
  - 1.5.2 A questão dos “encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”
- 1.6 Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional
- 1.7 Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados
  - 1.7.1 Aceite definitivo e depósito
  - 1.7.2 A promulgação
  - 1.7.3 A publicação
- 1.8 Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional
- 1.9 Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados

## Capítulo 2

### O CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO

- 2.1 O caso brasileiro
- 2.2 Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF
- 2.3 Nosso posicionamento frente à posição do STF
- 2.4 O controle jurisdicional da convencionalidade das leis
  - 2.4.1 A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano
  - 2.4.2 O controle de convencionalidade no Direito brasileiro
    - 2.4.2.1 Controle concentrado de convencionalidade
    - 2.4.2.2 Controle difuso de convencionalidade

### 2.4.3 Controle de supralegalidade

## 2.5 Alguns pontos sensíveis sobre a aplicação dos tratados no Brasil

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### **ANEXOS**

##### Anexo I

Convenção de Havana sobre Tratados (1928)

##### Anexo II

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)

##### Anexo III

Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (1986)

##### Anexo IV

*Status* Oficial da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969

##### Anexo V

Guia da Comissão de Direito Internacional sobre a Prática de Reservas aos Tratados (2011)

### OUTRAS OBRAS DO AUTOR